

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA

Apresentação: A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (Emplasa), vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, é a responsável pelo planejamento e apoio à gestão das regiões metropolitanas (RMs) e aglomerações urbanas (AUs) do Estado de São Paulo. Seu papel é subsidiar o Governo na implantação de políticas públicas e projetos integrados de desenvolvimento regional em territórios complexos, com alto dinamismo econômico e demográfico - como são as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. As seis RMs e três AUs do Estado - São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba e Ribeirão Preto e Aglomerações Urbanas de Jundiá, Piracicaba e Franca - totalizam 216 dos municípios mais dinâmicos do Estado, que correspondem a 33,6% da rede urbana paulista. A Emplasa orienta e articula a ação do Executivo estadual nesses territórios, de forma a promover a cooperação técnica entre órgãos e entidades estaduais e prefeituras municipais na execução das funções públicas de interesse comum (FPICs) - como define a legislação estadual. O objetivo da ação regional é potencializar os recursos aplicados na ampliação dos níveis de competitividade das economias regionais, promover o desenvolvimento sustentável dessas regiões, com a preservação dos recursos naturais e a melhoria das condições de vida da população. Nesse contexto, a produção técnica da Emplasa abrange estudos, planos e projetos voltados à formulação de políticas públicas para estas unidades regionais, com abordagem multisetorial e instrumental técnico de apoio ao planejamento e à gestão regionais. Conforme estabelece a Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015, conhecida como Estatuto da Metrópole, a Emplasa coordena a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas e Sorocaba e das Aglomerações Urbanas de Jundiá e Piracicaba. Aliado a isso, a Emplasa desenvolve instrumentos de planejamento e produz sistemas de informações cartográficas e geoespaciais, que oferecem insumos às atividades internas da Empresa e são disponibilizados aos entes públicos estaduais, prefeituras municipais e à sociedade civil, de forma a embasar a tomada de decisão do gestor público. Essa reconhecida *expertise* foi legalmente estabelecida por meio do Decreto 61.486/2015, que definiu a Emplasa como responsável pela execução das ações do Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo (SCE-SP) e pela Infraestrutura de Dados Espaciais do Governo do Estado de São Paulo (IDE-SP). A experiência histórica da Emplasa em organizar, preservar e disponibilizar sua memória técnica resulta em valioso acervo, já totalmente digitalizado e disponível para consulta na na Biblioteca Virtual. Esse conhecimento acumulado faz da Emplasa referência para pesquisadores, gestores públicos, estudantes e cidadãos em geral, e a tem levado a participar de entidades, fóruns nacionais e internacionais que tratam de questões urbanas e regionais, como por exemplo: Grapohab - Grupo de Análise e Apropriação de Projetos Habitacionais; Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico; CONESAN - Conselho Estadual de Saneamento; APA Tietê - Conselho Gestor da APA da Várzea do Rio Tietê; RBCV - Conselho da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo; CBH-AT - Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê; Concar - Comissão Nacional de Cartografia / Presidência do Fórum Regional Sudeste; FNEM - Presidência do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas do Brasil. Todas as atividades desenvolvidas pela Emplasa estão previstas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, orientadas a partir dos três eixos de atuação definidos como diretrizes para o desenvolvimento regional pelo Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM) 2013-2040, elaborado pela Emplasa: • conectividade territorial e competitividade econômica; • coesão territorial e urbanização inclusiva; • governança metropolitana. A inserção da Emplasa no PPA consta no Programa 2830 - Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole, observando as diretrizes de atuação a seguir: • Assessorar o Governo do Estado de São Paulo nas políticas relacionadas às funções públicas de interesse comum. • Assessorar os Conselhos de Desenvolvimento das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, atuando tecnicamente junto aos seus Conselhos Consultivos e Câmaras Temáticas. • Prospector oportunidades junto aos órgãos setoriais do Estado e dos municípios, para o desenvolvimento de projetos dirigidos às regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. • Manter, ampliar e divulgar o rol de instrumentos de planejamento e gestão aplicáveis às unidades regionais e aos municípios que as compõem: sistema cartográfico e de informações socioeconômicas e físico-ambientais georreferenciadas; legislação urbanística e regional, entre outros. • Elaborar e acompanhar planos, projetos, estudos e análises de âmbito regional. • Monitorar a implementação dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs). • Potencializar os mecanismos de divulgação dos produtos e serviços prestados pela Empresa. • Atuar de forma transparente e acessível a todos nas questões regionais.

Assim, definiu-se que os três principais eixos de atuação da Emplasa são: I - **Planejamento Territorial Regional. II - Instrumentos Técnicos de Apoio ao Planejamento Regional. III - Apoio à Governança Regional. I - Planejamento Territorial Regional:** O foco principal da atuação da Emplasa, após a promulgação do Estatuto da Metrópole em 2015, tem sido o cumprimento das disposições do art. 10: "As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com plano de desenvolvimento urbano integrado, aprovado mediante lei estadual." Por determinação governamental, cabe à Emplasa coordenar o processo de elaboração, de forma participativa e compartilhada com os diversos atores, dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas. Nas unidades regionais que tiverem suas Agências de Desenvolvimento Metropolitano funcionando com atuação regional, estas desempenharão o papel de coordenação na elaboração e na implementação do PDUI. • **PDUI da Região Metropolitana de São Paulo:** contempla **39 municípios com uma população de 21.571.281 habitantes. Concluído em dezembro/18.** • **PDUI da Região Metropolitana de Campinas:** envolve 20 municípios e população de 3.224.443 habitantes. Realizados 70% do plano até 2018. • **PDUI da Região Metropolitana de Sorocaba:** abrange **27 municípios e uma população de 2.120.095 habitantes. 2ª etapa concluída com o Caderno Preliminar de Propostas e Audiências Públicas em fase final.** • **PDUI da Aglomeração Urbana de Piracicaba:** agrega **23 municípios e tem uma população de 1.481.652 habitantes. Passou à 2ª etapa com a realização das reuniões dos 5 Grupos de Trabalho (GTs).** • **PDUI da Aglomeração Urbana de Jundiá:** **7 municípios e população de 804.936 habitantes. Iniciou a 2ª etapa com a abertura da plataforma digital e montagem dos Grupos de Trabalho. A implementação das diretrizes e propostas dos PDUIs deverá ser aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com o desenvolvimento necessário de novos projetos e estudos para implantação de infraestruturas regionais, a exemplo de projetos de urbanismo para áreas especiais de interesse metropolitano; projetos voltados a medidas de preservação ambiental; medidas de suporte aos municípios para adequação da legislação municipal às diretrizes dos PDUIs, e outros. A Emplasa presta assessoramento administrativo, organizacional e técnico aos Conselhos de Desenvolvimento das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e fornece todo o suporte técnico e administrativo para o funcionamento dessas unidades regionais, que, por disposição legal, são desprovidas de agências. II - **Instrumentos Técnicos de Apoio ao Planejamento:** A Emplasa dispõe de um banco de dados espacial de uso corporativo - SIGEmplasa, como suporte a estudos e projetos desenvolvidos pelas equipes técnicas. Mantém e atualiza, sistematicamente, bases de dados socioeconômicos, físico-territoriais, ambientais, entre outros. Estes dados e análises são disponibilizados tanto para os entes da administração pública estadual e municipal como para instituições e empresas privadas, além do público em geral. Também desenvolve e administra sistemas de informações geoespaciais, além de cartografia oficial e atualizada, em apoio ao planejamento territorial regional e metropolitano. Vários deles, a exemplo do SIM|EMPLASA, já são utilizados por setoriais do Governo do Estado e por municípios. **Sistema Cartográfico Estadual - SCE:** Por determinação do Decreto Estadual nº 61.486, de 11 de setembro de 2015, a Emplasa é a responsável pelo Sistema Cartográfico Estadual (SCE) e pelo Programa de Infraestrutura de Dados Espaciais para o Estado de São Paulo (IDE-SP). **Mapeamento Sistemático e Temático do Uso e Ocupação do Solo para a RMSP e Bacia do Alto Tietê na escala 1:10.000.** Segunda fase do Projeto Mapeia SP, corresponde à produção de base cartográfica oficial e atualizada de parte do Estado de São Paulo. Instrumento fundamental de apoio aos processos de planejamento e gestão do território, principalmente no desenvolvimento de projetos básicos e executivos voltados à implantação de infraestruturas nos ambientes urbano e rural, implementadas por órgãos setoriais do Governo do Estado de São Paulo e pelas administrações municipais. Abrange 66 municípios que abrangem cerca de 24 milhões de habitantes e concentra pouco mais de 60% do PIB estadual, caracterizando-se como uma área de importância estratégica para o desenvolvimento do Estado, dado o nível de concentração de**

recursos econômicos em seu território eminentemente urbano. O Projeto contempla 762 Folhas, sendo 381 do Mapeamento Sistemático e 381 do Mapeamento Temático. **** Mapeamento Sistemático é composto por 13 Categorias de Informação. ** Mapeamento Temático do Uso e Ocupação do Solo é composto por 21 classes de ocupação. Programa Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo - IDE-SP:** No que diz respeito ao Programa Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo (IDE-SP), cabe à Emplasa: • gerenciar a implementação dos dados na IDE-SP; • administrar e desenvolver suportes relacionados à tecnologia da informação, necessários ao desenvolvimento e manutenção da IDE-SP; • orientar e capacitar servidores públicos para administrar seus dados na IDE-SP; • disponibilizar interface para visualização das informações geoespaciais e seus respectivos metadados. **Monitoramento do Uso e Ocupação do Solo Urbano:** A Emplasa mantém atividade permanente de atualização das informações de uso e ocupação do solo, com base em cartografia atualizada e imagens de satélite, desenvolve a metodologia para o acompanhamento e a análise, de forma detalhada e sistemática, do uso do solo urbano (USU) para a Macrometrópole Paulista e unidades regionais do Estado. Desde sua implantação, essa metodologia vem sendo testada e aprimorada, com excelentes resultados analíticos. Trata-se de instrumento fundamental para a compreensão das características do espaço urbano e para o acompanhamento de suas alterações, sendo valioso insumo para a elaboração de trabalhos como os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado; pesquisas Origem-Destino; monitoria do território do Rodoanel; Análise de Corredores Metropolitanos e Linhas de Metrô, entre outros. Os mapeamentos foram realizados de acordo com as demandas para as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Para as regiões instituídas há mais tempo, como São Paulo, Baixada Santista e Campinas, o marco inicial dos mapeamentos são os anos de 2002, 2007, tendo sido atualizados para os anos de 2010 (RMSP) e 2017 (Campinas), com metodologia que registra as alterações ocorridas no uso do solo urbano. Isso permite o acompanhamento do processo de crescimento e as tendências da ocupação urbana do território metropolitano. Os mesmos parâmetros foram utilizados para os mapeamentos das Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte (2010), de Sorocaba (2010 e 2015) e de Ribeirão Preto (2010), e para as Aglomerações Urbanas de Jundiá (2010) e de Piracicaba (2010). **Padronização da Legislação Urbanística dos Municípios:** A Emplasa faz, sistematicamente, o acompanhamento, o registro cartográfico georreferenciado e a análise dos instrumentos de regulação de uso e ocupação do solo de competência municipal (planos diretores, de habitação, de risco, etc.), sob a ótica regional, estabelecendo nomenclatura única. Esta análise é importante apoio às atividades e projetos desenvolvidos pela Emplasa. **Unidades de Informações Territorializadas - UITs:** As UITs são recortes territoriais que combinam dados de uso do solo urbano e rural com indicadores socioeconômicos. Tais recortes têm por finalidade subsidiar o planejamento municipal, regional e setorial, fornecendo descrição quantificada das características de uso e ocupação do solo. Essa leitura permite identificar com clareza áreas com carências e áreas que oferecem potencialidades para investimentos. **Sistema de Informações Metropolitanas - SIM | EEMPLASA:** O SIM|EMPLASA - Sistema de Informações Metropolitanas é um produto integralmente desenvolvido e mantido pela Emplasa, por meio de seu corpo técnico, com o objetivo de apoiar a gestão de dados geoespaciais dos clientes. A plataforma disponibiliza em um único ambiente informações públicas de âmbitos federal, estadual e municipal, facilitando o planejamento integrado de ações da gestão pública. Apresenta grande potencial de atração de clientes do setor público, face a atributos como: baixo custo, rápida entrega, simplicidade de uso e adaptabilidade aos requisitos do negócio dos clientes, além de requerer tão somente acesso à Internet. As prefeituras e órgãos setoriais compõem segmento de mercado atrativo, e o sistema oferece atributos que indicam boas perspectivas para novos negócios nesse nicho. Em linhas gerais, o SIM|EMPLASA dispõe de: • Acesso ao conteúdo do acervo da Emplasa, como ortofotos do Estado de São Paulo produzidas pelo Projeto Mapeia São Paulo de 2010/11 e dados socioeconômicos. • Funcionalidades para visualização, edição e análise de dados espacialmente, como área de influência, geração de gráficos, mapas temáticos e relatórios personalizados. • Conta, atualmente, com 524 usuários cadastrados, da iniciativa pública e sociedade civil. **Memória Técnica / Biblioteca Virtual:** • Mais de 1 milhão de visualizações dos filmes da Filmoteca (fonte YouTube). • 105 mil downloads do acervo técnico da Emplasa (fonte Emplasa). • 14 mil usuários do Brasil e de 18 países (fonte Emplasa). Dentre o conjunto de ferramentas e instrumentos dirigidos à gestão pública e ao planejamento regional, destaca-se o acervo bibliográfico construído e mantido pela Emplasa ao longo de sua história, disponível na Biblioteca Virtual. Esse acervo, compartilhado amplamente com instituições governamentais em todos os níveis e com cidadãos de modo geral, fornece sólida retroguarda documental sobre Planejamento Regional. A Biblioteca Virtual já possui 13.043 usuários cadastrados do Brasil e de outros 18 países. **III - Apoio à Governança Regional: A Emplasa assessora o Governo do Estado na criação e implementação de estruturas de gestão nas novas unidades regionais, tal como definido na Constituição Estadual de 1989. Plano de Ação:** Atendendo ao objeto social da Emplasa, voltado ao desenvolvimento de atividades relativas ao planejamento metropolitano e regional, é fundamental considerar os aspectos econômico-sociais que impactam na organização espacial do Estado de São Paulo e que, necessariamente, refletem no objeto de trabalho da empresa. Nesse contexto, cabe destacar as seguintes oportunidades para o FUTURO próximo: • A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a maior e mais diversificada da América do Sul, tende a concentrar atividades mais especializadas e inovadoras, em especial no segmento de serviços. Isso requer adequação de sua infraestrutura, além da renovação e requalificação de territórios, para garantir competitividade e qualidade de vida, sob pena de agravar os quadros econômico e social. • O crescimento demográfico e a ampliação de oportunidades no interior do Estado, em especial nas cidades de porte médio, levam ao fortalecimento da rede urbana nessas regiões, uma vez que o capital privado (indústria, comércio, serviços e setor imobiliário) orienta-se para novas oportunidades fora da capital paulista. • Polarização de cidades médias sobre municípios próximos, com consequente aumento de fluxos intermunicipais e inter-regionais, e a formação de unidades regionais funcionalmente interdependentes, cujo desempenho econômico resulta do funcionamento em conjunto. • Necessidade de visão voltada para as questões regionais na formulação de políticas públicas visando ao desenvolvimento socioeconômico do Estado. • Conscientização da necessidade de políticas ambientais, concebidas com base em recortes territoriais que vão muito além dos limites administrativos municipais. • Compreensão de que o enfoque das questões urbanas em ambientes heterogêneos e complexos deve ser múltiplo e que seu equacionamento requer colaboração e cooperação entre diferentes níveis de governo e vários atores sociais. • Ampliação do acesso às informações sobre as instituições públicas, o que requer garantia de transparência e prestação de contas sobre desempenho. • O ambiente de negócios exige inovação constante e flexibilização em processos de trabalho, o que demanda adaptação continuada das empresas para permanecerem competitivas no mercado. **GOVERNANÇA:** Em conformidade com o art. 9º, do Decreto estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, o qual faculta à empresa estatal caracterizada como companhia fechada, como é o caso da Emplasa, o cumprimento dos requisitos de transparência previstos no artigo 8º da Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, mediante consolidação no relatório da administração que acompanha as demonstrações financeiras anuais, seguem as informações de Governança Corporativa referentes ao exercício social de 2018. **1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA:** Sociedade por ações, integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regida pela Lei Federal nº 6.404/76, com a posição acionária em 31/12/2018: • **São Paulo - Governo do Estado** **99,99989%** • **Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A** **0,00002%** • **Em tesouraria** **0,00009%** Criada em 1975, a Emplasa é vinculada, atualmente, à Secretaria de Governo do Estado, tendo como seu objeto principal "realizar os serviços necessários ao planejamento, programação, coordenação e articulação da execução das funções públicas de interesse comum" em unidades regionais do Estado, tal como definidas na Constituição do Estado de São Paulo de 1989 (art. 152, IV). À medida em que estão sendo instituídas novas unidades regionais - regiões metropolitanas e aglomerações urbanas -, a atuação da empresa vem se ampliando, gradativamente, no Estado de São Paulo. **2. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS: 2.1. Estrutura Organizacional:** Na Emplasa, os controles internos e o gerenciamento de riscos são realizados pela Área de Conformidade, Gestão de Recursos e Controle Interno, criada em maio de 2018, e acompanhados pela Auditoria Interna, criada

em maio de 2018, unidades ligadas diretamente à Diretoria Administrativa e Financeira e ao Conselho de Administração. **2.2. Estrutura de Sistemas:** São aplicados e desenvolvidos, na empresa, alguns modelos e metodologias em riscos inerentes às atividades desempenhadas. Quando identificados, estes riscos são avaliados, monitorados e minimizados até um nível considerado aceitável pela alta administração. Recentemente, foi implantado o sistema de rateio das horas técnicas, para melhor depuração na apropriação dos custos dos projetos/atividades da empresa. **2.3. Controles Internos:** O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores e a melhoria dos fluxos operacionais existentes, por meio de reuniões com as unidades envolvidas, complementam as ações de controles internos e contribuem para a mitigação do risco operacional. A continuidade da Política de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e do Programa de Integridade Anticorrupção vem garantindo elevados padrões de integridade, legalidade e transparência na condução dos negócios da instituição. **2.4 Auditoria Interna:** A Auditoria Interna foi criada em 2018, com seu Regimento Interno, tendo o Conselho de Administração aprovado a escolha da Auditora, ao qual está vinculada. A atuação da auditoria ocorre de forma conjunta com a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno. Foram instituídos nesse exercício o Código de Conduta e Integridade (entregue aos funcionários) e a Política de Porta Vozes, ambos divulgados no site institucional/transparência dentro do portal da empresa. **3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: 3.1. Desempenho Operacional:**

Quantidade de acessos	2018	2017
SCD	14.628	10.173
IDE-SP	11.236	8.754
EmplasaGeo	7.485	1.151
Mapeia São Paulo	14.426	21.392
UITs	4.580	4.315
TOTAL	52.355	45.785

3.2. Desempenho Financeiro: A Emplasa registrou em 2018 um lucro contábil de R\$ 654 mil, e vem mantendo controle na disponibilidade de caixa, conforme demonstrado abaixo:

Evolução dos Resultados Contábeis - 2018 em R\$ mil

Subvenção do Governo	40.347
Receitas próprias	5.592
Despesas (Custo + Despesas Administrativas)	(47.438)
Outras Receitas	2.153
Lucro do Exercício	654

Evolução dos Resultados Financeiros

	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	11.556	10.047	13.732
Subvenção do Governo	41.091	40.779	43.826	40.347
Aporte de Capital	34	-	-	-
Receitas próprias	11.030	7.812	5.153	14.870
Despesas	(50.644)	(50.100)	(45.294)	(42.783)
Saldo Final	11.556	10.047	13.732	26.166

3.3. Desempenho Social: A empresa, em consonância com as Regras e Diretrizes do Governo do Estado, compartilha suas informações de geoprocessamento com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, com a finalidade de evitar gastos sobrepostos e organizar a aquisição desses dados pelos entes do Estado. Com base na Política de Cessão praticada, para atendimento aos órgãos e entidades da Administração Pública, houve redução dos valores referentes às cessões não onerosas, "receitas renunciadas", o que refletiu em economia para o Estado. A política de cessão de dados e informações praticada pela Emplasa, se por um lado representa uma receita renunciada pela empresa, por outro, gera economia para o Estado em gastos sobrepostos, ou seja, os órgãos e entidades da administração pública estadual, ao utilizarem gratuitamente esses produtos e informações, deixam de adquirir novos produtos similares. O uso compartilhado de bases proporcionou ao Estado a consolidação de uma base cartográfica única, com informações geoespaciais unificadas e complementares, o que resulta em produtos de qualidade e, consequentemente, com melhor índice de aproveitamento pelo Estado, seus órgãos e entidades.

Economia do Estado com serviços de cartografia (R\$)

2015	2016	2017	2018
66.230.895,00	38.151.917,00	30.313.604,00	17.147.970,00

4. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: 4.1. Descrição da Composição da Administração: 4.1.1. Conselho de Administração: De acordo com o Estatuto Social e o Regulamento Interno do Conselho de Administração, este deve ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, após a manifestação do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, para um mandato de 02 (dois) anos unificado, contado da data da eleição, permitida a reeleição de seus membros por, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas, estendendo-se até a data da posse dos sucessores, sendo que o Diretor-Presidente da empresa também integra o Conselho de Administração. É garantida a participação no Conselho de Administração de 01 (um) representante eleito pelos acionistas minoritários, com mandato coincidente com o dos demais conselheiros, nos termos do artigo 239, da Lei Federal n.º 6.404/1976, e do artigo 34 do Estatuto Social, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo. Também está assegurada a participação no Conselho de 01 (um) representante dos empregados, cujo mandato será coincidente com o dos conselheiros eleitos, observando-se, ainda, os requisitos elencados no artigo 34 do Estatuto Social. **4.1.2. Conselho Fiscal:** Em conformidade com o Estatuto Social e com o Regulamento Interno do Conselho Fiscal, deverá ser composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas, contando com, ao menos, 1 (um) membro indicado pelo acionista controlador, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a administração pública. É garantido ao acionista controlador o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho, nos termos do artigo 161, alínea «b», § 4º, e devendo observar o disposto no artigo 162 da Lei Federal nº 6.404/1976. **4.1.3. Diretoria Colegiada:** A Diretoria Colegiada é composta por 3 (três) membros, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor de Planejamento e Novos Negócios, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, após a manifestação do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas 3 (três) reconduções consecutivas, respeitados os critérios de elegibilidade descritos no artigo 16 da Lei Federal nº 13.303/16 e na Lei 6.404/76. **4.1.4 Auditoria Interna:** Constituída nos termos do Estatuto Social e da Lei Federal nº 13.303/2016, é um órgão auxiliar vinculado ao Conselho de Administração, tendo seu funcionamento permanente, onde o responsável pela Auditoria Interna será escolhido pelo Conselho de Administração. **4.1.5 Área de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno:** Constituída nos termos do Estatuto Social e da Lei Federal nº 13.303/2016, será vinculada ao Diretor-Presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração. Em 2018, foram disponibilizados os seguintes documentos nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016: • Política de Porta-Vozes: objetivo de prevenir contradições nas informações emitidas pelas pessoas autorizadas a falar em nome da empresa ao público em geral. • Regulamento de Licitações, contratos e demais ajustes: para disciplinar o procedimento de licitações e contratos da Emplasa, além de suas relações com fornecedores, contratados, parceiros e doadores. • Código de Conduta e Integridade: visa oferecer uma compreensão clara sobre as condutas que orientam os negócios e relacionamentos da empresa, e que devem estar presentes no exercício diário das atividades de todos os envolvidos. • Canal de Denúncia: ferramenta de comunicação para envio de denúncias sobre práticas de corrupção, fraude, atos ilícitos e irregularidades que prejudiquem o patrimônio e a reputação da Emplasa, incluindo as infrações ao Código de Conduta e Integridade. • Regimento Interno da Diretoria Executiva: visa disciplinar o funcionamento da Diretoria Executiva, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor. • Regimento Interno do Conselho de Administração: visa disciplinar o funcionamento do Conselho de Administração, dos comitês a ele vinculados, bem como o relacionamento entre o Conselho e os demais órgãos sociais, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor. • Regimento Interno do Conselho Fiscal: visa disciplinar o funcionamento do Conselho Fiscal, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor. • Regimento Interno da Auditoria Interna: visa disciplinar o funcionamento da Auditoria Interna, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor, com base nos seguintes documentos: a) Lei federal nº 1 3.303/201 6 - Lei das Estatais; b) Decreto estadual nº 62.349/2016 - Regulamentação da Lei das Estatais; c) Estatuto Social da Emplasa; d) Decreto estadual nº 57.500/2011. Está em processo de estudos a elaboração da Política de Divulgação de In-

mações e a Política de Transações com Partes Relacionadas, e, por estar enquadrada pela Lei de Responsabilidade como uma empresa dependente, não há previsão de distribuição de dividendos aos seus acionistas, não possuindo, assim, uma política de distribuição de dividendos. **4.1.6. Comitê de**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM		
	2018	2017
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	26.167	17.732
Contas a receber	289	596
Estoques	31	22
Outros ativos	867	535
Despesas de exercícios seguintes	111	109
	<u>27.465</u>	<u>14.994</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos compulsórios e judiciais	7.228	7.068
Ativo permanente		
Investimentos	2.658	2.692
Imobilizado	1.109	2.919
Intangível	11.124	13.058
	<u>14.891</u>	<u>18.669</u>
Total Não Circulante	<u>22.119</u>	<u>25.737</u>
Total do ativo	<u>49.584</u>	<u>40.731</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE 01/01 A 31/12/2018 E 2017 (em R\$ mil)

	Capital Social	Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>47.517</u>	<u>1.279</u>	<u>(17.572)</u>	<u>31.224</u>
Resultado Líquido do Exercício	-	-	903	903
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>47.517</u>	<u>1.279</u>	<u>(16.669)</u>	<u>32.127</u>
Integralização de Capital na A.G.O.E. de 27/04/2018	1.279	(1.279)	-	-
Capitalização dos Juros s/ Capital Próprio na A.G.O.E. de 27/04/2018	977	-	-	977
Resultado Líquido do Exercício	-	-	654	654
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>49.773</u>	<u>-</u>	<u>(16.015)</u>	<u>33.758</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Empresa tem por objetivo realizar as atividades de apoio ao planejamento, programação, organização, coordenação e controle da execução dos serviços comuns de interesse Metropolitano ou a eles relativos, bem como executar os que forem necessários à implementação de planos e projetos executivos, de interesse de Regiões Metropolitanas, podendo, ainda, exercer as demais atividades destinadas à consecução de suas finalidades. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos das Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas Gerais - NBC/TG's emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Lei 11.638/2007 de 28 de dezembro e a Lei 11.941/2009 de 27 de maio de 2009 alteraram diversos dispositivos da Lei 6.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações trouxeram alterações que apresentam efeitos às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2008. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao serviço são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **Custos dos Serviços** - Apurado pela apropriação dos valores alocados no desenvolvimento de projetos específicos, demandados pelo Governo do Estado, e pelo pessoal alocados nas áreas técnicas envolvidas na manutenção das atividades permanentes de caráter técnico da Empresa. **b) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **c) Ativos circulante e não circulante: Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são demonstradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. **Estoques:** Os estoques de materiais de consumo são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior aos valores de reposição ou realização. **Investimentos:** Os investimentos são demonstrados ao valor de aplicação, corrigido monetariamente até 31/12/1995 e ajustados por provisão para perdas. A participação no Capital da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ é de aproximadamente 0,00797% (0,008507% em 2017). O investimento na Cia do Metrô está ajustado pelo valor patrimonial das ações. O valor do Investimento na Cia do Metrô foi ajustado, pela contabilização de perda, no valor de R\$ 34(mil), e perda de R\$ 15(mil) em 2017. **Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. **Intangível:** O Intangível é demonstrado ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. **d) Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data dos balanços. **e) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de

um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **f) Provisão para férias e encargos:** A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais. **g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas aliquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O "Caixa e equivalentes de caixa" estavam representados assim em 31/12/2018:

	2018	2017
Caixa	12	13
Bancos conta Movimento	8	7
Aplicações Financeiras	26.147	13.712
	<u>26.167</u>	<u>13.732</u>

5. Depósitos Judiciais: O saldo da rubrica "Depósitos compulsórios e Judiciais", referem-se a depósitos de recursos de processos trabalhistas e fiscais. Os quais estão detalhados na nota explicativa nº 10 e estava representado em 31/12/2018, da seguinte forma:

	2018	2017
Ministério do Trabalho	61	61
Fazenda Nacional	7.167	7.007
	<u>7.228</u>	<u>7.068</u>

6. Investimentos: O saldo da rubrica "Investimentos" estava representado em 31/12/2018, da seguinte forma:

	2018	2017
Teles (Telefônica, TIM)	26	25
Cia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	2.615	2.650
Outros Investimentos com Valores inferiores a R\$ 5	17	17
	<u>2.658</u>	<u>2.692</u>

7. Imobilizado: a) Composição dos saldos:

	Taxa de Depreciação/ % a.a.	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Tangíveis					
Instalações e equipamentos	10% e 20%	18.696	18.326	370	1.606
Móveis e utensílios	10%	1.596	1.141	455	557
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros à amortizar	20%	756	472	284	756
Total		<u>21.048</u>	<u>19.939</u>	<u>1.109</u>	<u>2.919</u>
b) Movimentação do custo:					
Tangíveis					
Instalações e equipamentos		19.710	2	1.016	18.696
Móveis e utensílios		1.597	6	7	1.596
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros à amortizar		756	-	-	756
Total		<u>22.063</u>	<u>8</u>	<u>1.023</u>	<u>21.048</u>

8. Intangível: Composição dos saldos

	Taxa % a.a.	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ortorretificação e Aerogrametria do Estado de São Paulo	10%	18.037	7.666	10.371	12.175
Planos de Desenvolvimento Regionais		1.309	556	753	858
Total		<u>19.346</u>	<u>8.222</u>	<u>11.124</u>	<u>13.058</u>

9. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: O Capital Social da EEMPLASA é autorizado até o montante de R\$ 108.000 mil. O Capital Social de R\$ 49.773 mil, Nelson Antônio de Souza - Diretor Presidente • Joaquim Lopes da Silva Júnior - Diretor de Planejamento e Novos Negócios • Lúcia Helena da Silva - Diretora Adm. e Financeira • Arnor Felix Ramos Junior - CT - CRC 1SP109.294/O-5

Elegibilidade e Aconselhamento: A empresa conta com um Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e de avaliação de Administradores e Conselheiros Fiscais. **4.1.7. Auditores Independentes:** Maciel Auditores S/S EPP Tel.: (11) 3313 3509

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM		
	2018	2017
PASSIVO		
Circulante		
Fornecedores	1.586	334
Salários, provisões de férias e encargos sociais	5.341	5.396
Credores por serviços prestados	7.976	1.889
Tributos à pagar	726	742
	<u>15.629</u>	<u>8.361</u>
Não circulante		
Fornecedores	197	197
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	46
	<u>197</u>	<u>243</u>
Patrimônio Líquido		
Capital Social	49.773	47.517
Recursos para Futuro Aumento de Capital	-	1.279
Prejuízos Acumulados	16.015	16.669
	<u>33.758</u>	<u>32.127</u>
Total do passivo	<u>49.584</u>	<u>40.731</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 2017 (em R\$ mil)

	2018	2017
Receita Operacional Bruta	<u>40.347</u>	<u>43.826</u>
Subvenção Governamental para custeio	40.347	43.826
Receita bruta de serviços		
Venda bruta de serviços	5.592	3.692
Impostos s/ venda bruta de serviços	(797)	(529)
Receita Operacional Líquida	<u>45.142</u>	<u>46.989</u>
Custo dos serviços prestados	<u>(25.073)</u>	<u>(20.553)</u>
Lucro bruto	<u>20.069</u>	<u>26.436</u>
Despesas(receitas) operacionais	<u>(19.955)</u>	<u>(25.639)</u>
Gerais e Administrativas	(19.493)	(24.480)
Honorários dos administradores	(1.366)	(1.171)
Outras Receitas	904	12
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	<u>114</u>	<u>797</u>
Resultado de participações societárias	(34)	(15)
Provisão para perdas	(34)	(15)
Resultado Financeiro	(639)	(980)
Despesas Financeiras	(639)	(980)
Receitas Financeiras	1.249	1.294
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>690</u>	<u>1.096</u>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	36	193
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	<u>654</u>	<u>903</u>
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - (em R\$ 1,00)	0,0131	0,0190

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO DE 01/01 A 31/12/2018 E 2017 (em R\$ mil)

	2018	2017
Atividades Operacionais	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	654	903
Despesas que não afetam o caixa:		
Depreciações e Amortizações	3.748	4.759
Subtotal	<u>4.402</u>	<u>5.662</u>
Variações no ativo circulante		
Contas a receber	307	(351)
Estoques	(9)	5
Outros ativos	(332)	46
Despesas de exercícios seguintes	(2)	282
Sub-total	<u>(36)</u>	<u>(18)</u>
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	1.252	(762)
Salários e encargos a pagar	(55)	(1.445)
Credores por serviços prestados	6.087	583
Tributos a pagar	(16)	(150)
Subtotal	<u>7.268</u>	<u>(1.774)</u>
Total das Atividades Operacionais	<u>11.634</u>	<u>3.870</u>

Atividades de Investimentos
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível (8) (7)
No realizável a longo prazo (160) (243)
Baixas do ativo permanente 38 19
Capitalização dos Juros s/ Capital Próprio 977 -
Total das Atividades de Investimento 847 (231)
Atividades de Financiamento
Redução/Aumento do Exigível a longo prazo (46) 46
Total das atividades de financiamento (46) 46
Total dos efeitos no caixa 12.435 3.685
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa 13.732 10.477
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa 26.167 13.732
Varição no caixa 12.435 3.685

totalmente subscrito e integralizado, é representado por 10.313.391 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** O Estatuto da EEMPLASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido apurado no Balanço anual à razão de 25% (artigo 40). **10. Passivo - Contingências:** Em 2017 foi constituída provisão de R\$ 46 mil, classificada na rubrica "Provisão para Contingências Trabalhistas" no Passivo Não Circulante. Em 31/12/2018, a EEMPLASA possuía processos judiciais de natureza trabalhista, com prognósticos de perda remota. Desta forma, a provisão ora constituída em 2017 foi revertida no decorrer do exercício de 2018.

Quadro Demonstrativo			Deposito		
	Possível	Judicial	Total		
Trabalhista	160	(61)	99		
Fiscais	820	(7.167)	(6.347)		
Total	<u>980</u>	<u>(7.228)</u>	<u>(6.248)</u>		

11. Cobertura de Seguros: A EEMPLASA mantém cobertura de seguro contra incêndio, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.
12. Redução a Valor Recuperável do Ativo Imobilizado: A EEMPLASA é uma empresa subsidiada pelo Governo do Estado e suas receitas operacionais são ínfimas frente aos seus custos e despesas. Não existe a intenção de reavaliação de ativos para fins de alienação, sendo seus bens afetos ao serviço público, portanto, inalienáveis. Não existe mercado ativo para negociação de itens dos ativos e sequer, compradores interessados que possam ser encontrados normalmente em qualquer ocasião. A empresa tem seus ativos depreciados em percentagem maior que 50%, não havendo interesse na avaliação a valor de mercado, até porque o resultado a que se chegaria, sendo de valor irrelevante, não compensaria os custos de um trabalho desse porte.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EEMPLASA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EEMPLASA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EEMPLASA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EEMPLASA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

Fiscal, tudo em cumprimento ao disposto no inciso V, do artigo 142, da Lei Federal 6.404/76, com suas posteriores alterações, e disposições estatutárias, opinam favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada no dia 25 de abril do corrente ano. São Paulo, 19 de março de 2019. **Pablo Andrés Fernandez Uhart** - Presidente do Conselho; **Cleber de Oliveira Mata** - Conselheiro; **Cláudia M. M. de Almeida** complementarados pelas Notas Explicativas, apresentados com base na Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei 11.941/2009 de 27 de maio de 2009, que alteraram a Lei das Sociedades Anônimas, e à vista do relatório da MACIEL AUDITORES S/S - EPP apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, estando em condições de serem apreciadas

contato@macielauditores.com.br **5. DISPOSIÇÕES FINAIS:** A presente carta é um documento subscrito pelo responsável da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, e ratificada pelos membros da Diretoria e pelo Conselho de Administração. São Paulo, 12 de março 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 2017 (em R\$ mil)		
	2018	2017
Receita Operacional Bruta	<u>40.347</u>	<u>43.826</u>
Subvenção Governamental para custeio	40.347	43.826
Receita bruta de serviços		
Venda bruta de serviços	5.592	3.692
Impostos s/ venda bruta de serviços	(797)	(529)
Receita Operacional Líquida	<u>45.142</u>	<u>46.989</u>
Custo dos serviços prestados	<u>(25.073)</u>	<u>(20.553)</u>
Lucro bruto	<u>20.069</u>	<u>26.436</u>
Despesas(receitas) operacionais	<u>(19.955)</u>	<u>(25.639)</u>
Gerais e Administrativas	(19.493)	(24.480)
Honorários dos administradores	(1.366)	(1.171)
Outras Receitas	904	12
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	<u>114</u>	<u>797</u>
Resultado de participações societárias	(34)	(15)
Provisão para perdas	(34)	(15)
Resultado Financeiro	(639)	(980)
Despesas Financeiras	(639)	(980)
Receitas Financeiras	1.249	1.294
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>690</u>	<u>1.096</u>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	36	193
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	<u>654</u>	<u>903</u>
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações - (em R\$ 1,00)	0,0131	0,0190

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO DE 01/01 A 31/12/2018 E 2017 (em R\$ mil)

	2018	2017
Atividades Operacionais	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	654	903
Despesas que não afetam o caixa:		
Depreciações e Amortizações	3.748	4.759
Subtotal	<u>4.402</u>	<u>5.662</u>

Variações no ativo circulante
Contas a receber 307 (351)
Estoques (9) 5
Outros ativos (332) 46
Despesas de exercícios seguintes (2) 282
Sub-total (36) (18)
Variações no passivo circulante
Fornecedores 1.252 (762)
Salários e encargos a pagar (55) (1.445)
Credores por serviços prestados 6.087 583
Tributos a pagar (16) (150)
Subtotal 7.268 (1.774)
Total das Atividades Operacionais 11.634 3.870

Atividades de Investimentos
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível (8) (7)
No realizável a longo prazo (160) (243)
Baixas do ativo permanente 38 19
Capitalização dos Juros s/ Capital Próprio 977 -
Total das Atividades de Investimento 847 (231)
Atividades de Financiamento
Redução/Aumento do Exigível a longo prazo (46) 46
Total das atividades de financiamento (46) 46
Total dos efeitos no caixa 12.435 3.685
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa 13.732 10.477
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa 26.167 13.732
Varição no caixa 12.435 3.685

totalmente subscrito e integralizado, é representado por 10.313.391 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** O Estatuto da EEMPLASA prevê a distribuição de dividendos obrigatórios sobre o Lucro Líquido apurado no Balanço anual à razão de 25% (artigo 40). **10. Passivo - Contingências:** Em 2017 foi constituída provisão de R\$ 46 mil, classificada na rubrica "Provisão para Contingências Trabalhistas" no Passivo Não Circulante. Em 31/12/2018, a E